cescontexto

Trabalho, Produção e Lutas Sociais no Século XXI

Atas do I Colóquio Internacional do Grupo de Estudos em Relações de Trabalho e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (RETS/CES)

Organização
Ana Alves da Silva
Alfredo Campos
Bia Silveira Carneiro
Elaine Santos
Saulo Aristides

Nº 16
Março, 2017
Debates
www.ces.uc.pt/cescontexto
ces
www.ces.uc.pt

Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2017

Agradecimentos

A Comissão Organizadora do I Colóquio Internacional do Grupo de Estudos em Relações de Trabalho e Sociedade, "Trabalho, Produção e Lutas Sociais no Século XXI" agradece ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa apoiou na procura por financiamento e assegurou a logística do evento; à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações o evento se realizou; e aos coordenadores do programa de doutoramento "Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo", os professores Hermes Costa e Elísio Estanque, cujo especial apoio à realização do evento merece o manifesto agradecimento da Comissão Organizadora. Sem o apoio deste coletivo, o colóquio não teria sido possível.

Finalmente, a Comissão Organizadora deixa uma especial palavra de apreço aos oradores convidados: Ilóna Kovacs, Juan José Castillo, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Loff e Sérgio Ribeiro, pela disponibilidade demonstrada e pela sua participação numa iniciativa dinamizada por estudantes e jovens investigadores, que visou criar um espaço de diálogo entre perspetivas de várias gerações de investigadores.

Índice

Ana Alves da Silva, Alfredo Campos, Bia Silveira Carneiro, Elaine Santos, Saulo Aristides

Introdução 5

Ilona Kovács

Algumas tendências de mudança no mundo do trabalho e da produção: controvérsias 7

Camila Lima

VIH/SIDA no ambiente de trabalho: riscos, proteção e (in)segurança jurídica 20

Daniela Osorio-Cabrera

Economía solidaria: valoraciones y modos de organización del Trabajo de cuidados en colectivo. 35

Isabel Sofia Fernandes Moio

(des)Emprego qualificado e economia do conhecimento: o papel dos centros para a qualificação e o ensino profissional 46

Milena Barbosa de Melo

O direito à saúde e a qualidade dos medicamentos genéricos 62

Paulo Marques Alves

A negociação coletiva e a regulação do emprego temporário em Portugal 76

Priscilla dos Santos Gomes, João Arriscado Nunes, Maria Helena Barros de Oliveira

As lutas sociais no acesso à saúde em Portugal e no Brasil 92

Introdução

Trabalho, Produção e Lutas Sociais no Século XXI é objeto de reflexão inescapável no limiar do século XXI, momento histórico em que desemprego, pobreza e exclusão social atingem pontos culminantes com os impactos da crise financeira de 2007-2008 e com as dinâmicas estruturantes de precarização do trabalho que se já agravavam ao longo das últimas décadas. O mundo do trabalho e da produção conhece, desde a década de 1970, transformações que não cessam de surpreender as sociedades e de colocar novos desafios aos seus mais diversos protagonistas. A viragem política liberal e a revolução tecnológica dos anos 1980 potenciam os primeiros passos para a principal dinâmica de transformação no mundo do trabalho: a flexibilização. Nos anos 1990, com a abertura e expansão do comércio internacional, as mudanças nos contextos laborais decorrem, cada vez mais, do novo rumo liberalizador da política económica, financeira e produtiva. Importantes transformações marcam esta década. A combinação de diferentes modelos de produção, a deslocalização e externalização das unidades produtivas, a elevação supranacional das empresas, a financeirização das economias e dos Estados, bem como a crescente dessindicalização, individualização e liberalização da contratação laboral, são algumas das tendências que deram corpo e extensão à flexibilização e naturalizaram progressivamente a vulnerabilização do trabalho, dos trabalhadores e das organizações que representam os seus interesses.

Foi neste século XX que os trabalhadores conquistaram o maior leque de direitos por si alguma vez detidos, mas foi também neste século que se mostrou vertiginosa a dinâmica da sua perda. O I Colóquio Internacional do Grupo de Estudos em Relações de Trabalho do Centro de Estudos Sociais, decorrido a 27 e 28 de maio de 2016 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tomou como ponto de partida tais preocupações e pretendeu suscitar uma reflexão sobre os lugares do trabalho, da produção e das lutas por direitos sociais num contexto cada vez mais liberalizador, individualista e desigual, num encontro entre investigadores de diversas partes do mundo e com pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas num diálogo permanente com a dimensão estruturante do trabalho e das relações laborais.

Nesta publicação reúnem-se, assim, alguns dos trabalhos dos intervenientes nesse encontro.

O primeiro texto, da autoria de Ilona Kovács, versa sobre algumas tendências de mudança no mundo do trabalho e da produção e as controvérsias que no seu debate se erguem. Partindo de uma caracterização do contexto socioeconómico, autora enfatiza três tendências determinantes dessas transformações, partindo, numa segunda parte, para a análise das mudanças na organização da produção na lógica da racionalização flexível e as consequentes transformações no emprego. Não deixa de endereçar, numa reflexão final, os desafios que tais mudanças nos contextos laboral e produtivo colocam às ciências sociais.

O segundo texto, da autoria de Camila Lima, versa sobre a experiência da seropsitividade no contexto de trabalho, abordando as questões relativas aos riscos de discriminação em contexto laboral e à proteção e segurança jurídica do trabalhador portador de VIH/SIDA. Apresenta uma problematização teórica fundada em revisão bibliográfica e documental, compara as normas jurídicas portuguesa e brasileira e coloca a hipótese de que o trabalhador com VIH/SIDA pode ser submetido a atos discriminatórios no trabalho.

Daniela Osorio-Cabrera aborda a Economia Solidária, focando mais especificamente as expressões feministas que reivindicam a necessidade de formas de organização social que reflitam modos de vida igualitários. Ela destaca as reflexões em torno do conceito de Sustentabilidade da Vida – crítica da forma dominante de perspetivar a economia e o trabalho centrados numa esfera visível (o produtivo, o mercado, o espaço público), mas que invisibiliza

todas as tarefas que sustentam a vida (afeto, cuidados, participação comunitária) – e como este paradigma dialoga com movimentos de organização alternativa.

Mais adiante, Isabel Sofia Fernandes Moio oferece uma reflexão sobre a globalização e a economia do conhecimento e relaciona o surgimento de novas preocupações na agenda da União Europeia e dos governos dos países europeus, com as mudanças na estrutura profissional e nas necessidades de qualificação da população. Aborda questões sobre a crise económica e financeira em Portugal, o desemprego no país, e o papel desemprenhado pelos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) para muitos cidadãos. A autora analisou a missão dos CQEPs, considerando que os Centros assumem um papel estruturante no reforço da qualificação profissional ao contribuírem para a empregabilidade e inclusão social dos cidadãos dando-lhes a possibilidade de enveredar por um trajeto educativo, formativo ou profissional adequado aos seus perfis, necessidades e objetivos.

Em seguida, Milena Barbosa de Melo versa sobre as controvérsias em torno da relação entre propriedade intelectual e saúde pública, do ponto de vista do direito à saúde de qualidade. A autora discute dois aspetos do acesso a medicamentos – preço e qualidade – e como estes afetam diretamente o direito à saúde.

Paulo Marques Alves trata da centralidade do trabalho, ressaltando como os processos de diálogo social podem contribuir para superação da precarização por meio da negociação coletiva. Para tal, procede uma análise de carácter extensivo das mais recentes convenções coletivas, revistas na íntegra ou revistas parcialmente com texto consolidado, publicadas entre 2010 e 2015. E conclui sobre a existência de um profundo défice de negociação neste campo, e sobre o fato da maioria das convenções tenderem a proteger o coletivo de assalariados permanentes das empresas em detrimento dos que se encontram numa situação precária.

Por fim, Priscilla dos Santos Gomes, João Arriscado Nunes e Maria Helena Barros de Oliveira discutem o papel dos movimentos sociais no acesso a saúde, fazendo um comparativo entre os contextos brasileiro e português. Os autores referem as ações que influenciaram as políticas públicas de saúde – levando Portugal à criação do Serviço Nacional de Saúde - SNS em 1979, e o Brasil à criação do Sistema Único de Saúde - SUS em 1988 – e constatam que os movimentos sociais portugueses e brasileiros contribuíram e continuam encorajando as lutas na construção de um acesso igualitário à saúde, tanto no campo metodológico como no prático, fazendo com que as políticas públicas da saúde mantenham o direito à igualdade e à universalidade**.**

Ana Alves da Silva

Alfredo Campos

Bia Silveira Carneiro

Elaine Santos

Saulo Aristides